

## ***LEI ORDINÁRIA Nº 2407***

*de 11 de dezembro de 2024*

**Institui o Plano Municipal pela Primeira Infância - PMPI do  
município de Camapuã/MS, para o período de 2025/2035.**

*O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMAPUÃ, ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são  
conferidas pela Lei Orgânica do Município faz saber que a Câmara Municipal  
aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:*

**Art. 1º** Fica instituído o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) do Município de Camapuã, nos termos do anexo único desta Lei, com a finalidade de garantir a proteção integral, a promoção e defesa da criança de zero a seis anos enquanto sujeito de direito, de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança.

§1º Os documentos do Anexo Único desta Lei, destinam-se a orientar os programas, projetos e ações voltados para crianças de zero a seis anos, desenvolvidos no âmbito do município de Camapuã.

§2º Os programas, projetos e ações das Secretarias Municipais de Administração, Finanças e Planejamento; Assuntos Jurídicos; Assistência Social; Infraestrutura e Serviços Públicos; Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer; Saúde; Agronegócios, Meio Ambiente e Empreendedorismo se integrarão de forma intersetorial nas ações finalísticas voltadas para as crianças de zero a seis anos de idade.

§3º O Plano Municipal pela Primeira Infância atende as determinações constantes no Plano Nacional pela Primeira Infância e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§4º São consideradas como ações finalísticas voltadas para crianças de zero a seis anos:

- I - Crianças com saúde;
- II - Educação infantil;
- III - As famílias e as comunidades das crianças;
- IV - Assistência social às famílias com crianças na primeira infância;
- V - Convivência familiar e comunitária às crianças vítimas de violação de direitos: acolhimento institucional, apadrinhamento afetivo e financeiro, família acolhedora, adoção;
- VI - Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças;
- VII - A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente;
- VIII - Crianças e infâncias diversas: políticas e ações para as diferentes infâncias;
- IX - Enfrentando às violências contra as crianças;
- X - Assegurando o documento de cidadania a todas as crianças;
- XI - Protegendo as crianças contra a pressão consumista;
- XII - Evitando a exposição precoce das crianças aos meios de comunicação e ao uso de telas digitais;
- XIII - Evitando acidentes na primeira infância;
- XIV - A criança e a cultura;
- XV - O sistema de justiça e a criança;
- XVI - Objetivos de desenvolvimento sustentável para e com as crianças;
- XVII - As empresas e a primeira infância;
- XVIII - O direito à beleza.

**Art. 2º** O Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Camapuã será implementado no período de dez anos, compreendido entre 2025 a 2035.

**Art. 3º.** Fica constituído o Comitê Municipal Intersetorial Permanente para Avaliação e Monitoramento do Plano Municipal pela Primeira Infância do Município de Camapuã que será integrado por dois representantes, sendo um titular e um suplente dos seguintes órgãos e instituições:

- I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;
- II - Conselho Tutelar;
- III - Conselho Municipal de Saúde;
- IV - Conselho Municipal de Educação;
- V - Conselho Municipal de Assistência Social;
- VI – Conselho Municipal de Agronegócio, Meio Ambiente e Empreendedorismo;
- VII - Conselho Municipal de Cultura;
- VIII – Conselho de Esportes;
- IX – Conselho de Turismo;
- X - Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer;
- XI - Secretaria Municipal de Saúde;

*XII - Secretaria Municipal de Assistência Social;*

*XIII - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;*

*XIV - Secretaria Municipal de Agronegócio Meio Ambiente e Empreendedorismo;*

*XV - Secretaria Municipal de Administração Finanças e Planejamento;*

*XVI - Câmara dos Vereadores;*

*XVII- Fórum Municipal de Educação.*

*Art. 4º Será de responsabilidade das Secretarias Municipais de Educação, de Saúde, de Assistência Social, e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente avaliar a execução do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), estabelecendo os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas, realizando anualmente a revisão ou atualização das ações do PMPI, pautada nos indicadores estabelecidos.*

*Art. 5º A Prefeitura Municipal de Camapuã, deverá a cada ano, no período de elaboração da Lei Orçamentária Anual, apresentar as suas metas de resultado e seu respectivo Plano de Ação para a efetivação das diretrizes e dos objetivos do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI).*

*Art. 6º As ações constantes do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) de Camapuã nortearão a adequação de ações no Plano Plurianual como ações transversais aos objetivos, às metas e aos programas, e norteará eventuais revisões.*

*Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das receitas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.*

*Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a contar de 1º de janeiro de 2025*

*Camapuã - MS, 11 de dezembro de 2024.*

**MANOEL EUGÊNIO NERY***Prefeito Municipal de Camapuã*

---

*Lei Ordinária Nº 2407/2024 - 11 de dezembro de 2024*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*